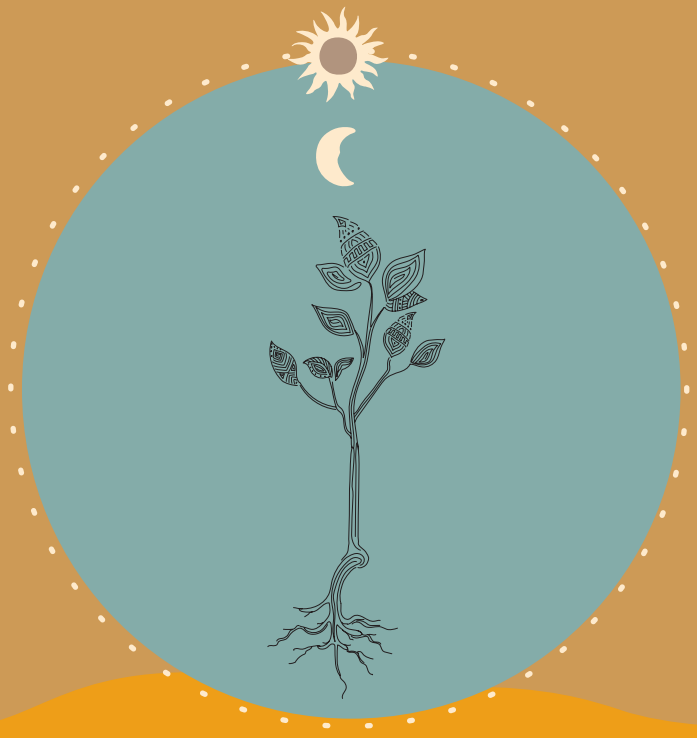


Programas JURISDICIONAIS de REDD+ (JREDD+)

EXPEDIENTE

Autores: Pablo Pacheco

Revisão: Melissa Panhol, Nicia Coutinho, Carolina Santana, Debora Batista, Suellen Mangueira e Tiana Marculino

Ilustrações e Diagramação: Lica Donaire

Realização: Iniciativa Comunidades e Governança Territorial - Forest Trends

Equipe: Beto Borges, Marcio Halla, Nicia Coutinho, Maria Barcellos, Debora Batista, Suellen Mangueira, Melissa Panhol, Camilla Aleixo, Lorena Cordova

Apoio: Fundação Walmart

FOREST TRENDS

greendata

Walmart org

A pesquisa incluída nesta cartilha foi viabilizada com o apoio financeiro da Fundação Walmart. As conclusões, achados e recomendações apresentadas nesta cartilha são de exclusiva responsabilidade da Forest Trends e não refletem necessariamente as opiniões da Fundação Walmart.

Programas JURISDICIONAIS de REDD+ (JREDD+)

2025

CARTILHA 3

Programas Jurisdicionais de REDD+ (JREDD+)

Esta cartilha tem como objetivo apresentar, de forma clara e acessível, o que é o REDD+ Jurisdicional (JREDD+), explicando como ele funciona, quais são seus princípios, mecanismos e desafios, assim como possíveis benefícios e riscos, de forma a contribuir para que Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais e outros atores compreendam melhor essa abordagem para a tomada de decisões informadas e a participação justa, efetiva e equitativa em programas que envolvam a proteção das florestas e a redução de emissões de gás carbônico (CO_2) em larga escala.

Esta cartilha é o terceiro volume da série "Entendendo o Financiamento Climático" produzida pela Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends em parceria com a Greendata e com apoio da Fundação Walmart. Para acessar os demais capítulos, visite o site da Forest Trends.

1

Introdução ao JREDD+

Na cartilha anterior, vimos o que é o REDD+, por que surgiu, como funciona, e quais os cuidados necessários para proteger os direitos das comunidades envolvidas. Nesta cartilha, vamos entender como essas iniciativas podem ser organizadas em **jurisdições**, como países, estados, províncias ou regiões inteiras, e quais são as diferenças e vantagens de trabalhar em escala maior para proteger as florestas e reduzir as emissões de CO_2.

A abordagem jurisdicional do **REDD+**, chamada também de JREDD+, é uma forma mais ampla e integrada de aplicar o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD). Enquanto os projetos REDD+ tradicionais atuam em escala local a nível de projetos individuais, o **JREDD+ funciona em escalas maiores a nível de jurisdições**, ou seja: estados, províncias ou mesmo países inteiros.

O que é UMA JURISDIÇÃO?

Uma jurisdição é uma área geográfica com um governo que tem autoridade para tomar decisões e aplicar leis. Pode ser um país, um estado, uma província, um município ou até mesmo uma região definida por acordos políticos ou administrativos. No contexto do JREDD+, a jurisdição é o território onde se aplicam as regras e ações de proteção das florestas, com participação do governo local, das comunidades e de outros atores.

O objetivo do JREDD+ é alinhar as ações de **conservação das florestas com o planejamento do uso da terra e com as políticas públicas em larga escala.** Isso permite combater o desmatamento e a degradação florestal de forma mais completa e coordenada, promovendo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento sustentável e a redução de emissões de CO_2 de forma coordenada e integrada.

A ideia de aplicar o REDD+ em nível jurisdicional ganhou força nas negociações da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), especialmente a partir da COP15 do Clima que aconteceu em 2009 em Copenhague. Essa abordagem buscou responder às limitações dos projetos isolados, como o risco de vazamento (quando o desmatamento é apenas transferido para outra área), a dupla contagem de emissões evitadas e a falta de integração com planos e políticas nacionais. As regras para implementação jurisdicional foram consolidadas no Marco de Varsóvia (COP19, 2013), que estabeleceu diretrizes para linhas de base nacionais, MRV e pagamentos por resultados.

O JREDD+ é especialmente importante em **países com grandes áreas de floresta tropical,** como o Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela, México, Indonésia e República Democrática do Congo, onde o desmatamento é causado por fatores complexos, como a expansão da agricultura e demais alterações no uso do solo, a mineração e a construção de estradas, por exemplo.

Uma das principais vantagens dessa abordagem é que ela permite trabalhar não só para reduzir o desmatamento, mas também para **conservar os estoques de carbono que já existem, melhorar o manejo das florestas e aumentar a regeneração natural.**

Para que o JREDD+ funcione bem, é essencial haver uma **governança forte e participativa.** Isso inclui a coordenação entre governos locais e nacionais, a

participação de Povos Indígenas e Populações e Comunidades Tradicionais (PIPCTs), de organizações da sociedade civil e do setor privado. Também é preciso ter sistemas eficazes de Mensuração/Monitoramento, Relato e Verificação (MRV), para acompanhar e registrar as reduções de emissões de CO_2 de forma transparente. O uso de tecnologias como imagens de satélite, mapas e estimativas de captura e armazenamento de carbono ajudam a garantir a credibilidade desses dados.

Além disso, o JREDD+ traz o compromisso com **salvaguardas sociais e ambientais.** Isso quer dizer que os direitos dos Povos Indígenas e Populações e Comunidades Tradicionais devem ser respeitados, a biodiversidade precisa ser protegida e os benefícios dos programas devem ser repartidos de forma justa entre todos os envolvidos.

Apesar do grande potencial dessa abordagem, ainda existem desafios, como garantir o financiamento inicial para a realização da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) buscando o consentimento para avanço dos processos, assim como o financiamento a longo prazo, a coordenação política entre diferentes níveis de governo e a garantia da participação efetiva das comunidades. Nesta cartilha vamos conhecer em mais detalhe os fundamentos, mecanismos, exemplos e desafios do JREDD+, ajudando a entender como essa estratégia pode contribuir para proteger as florestas e enfrentar a crise climática de forma justa e eficaz.

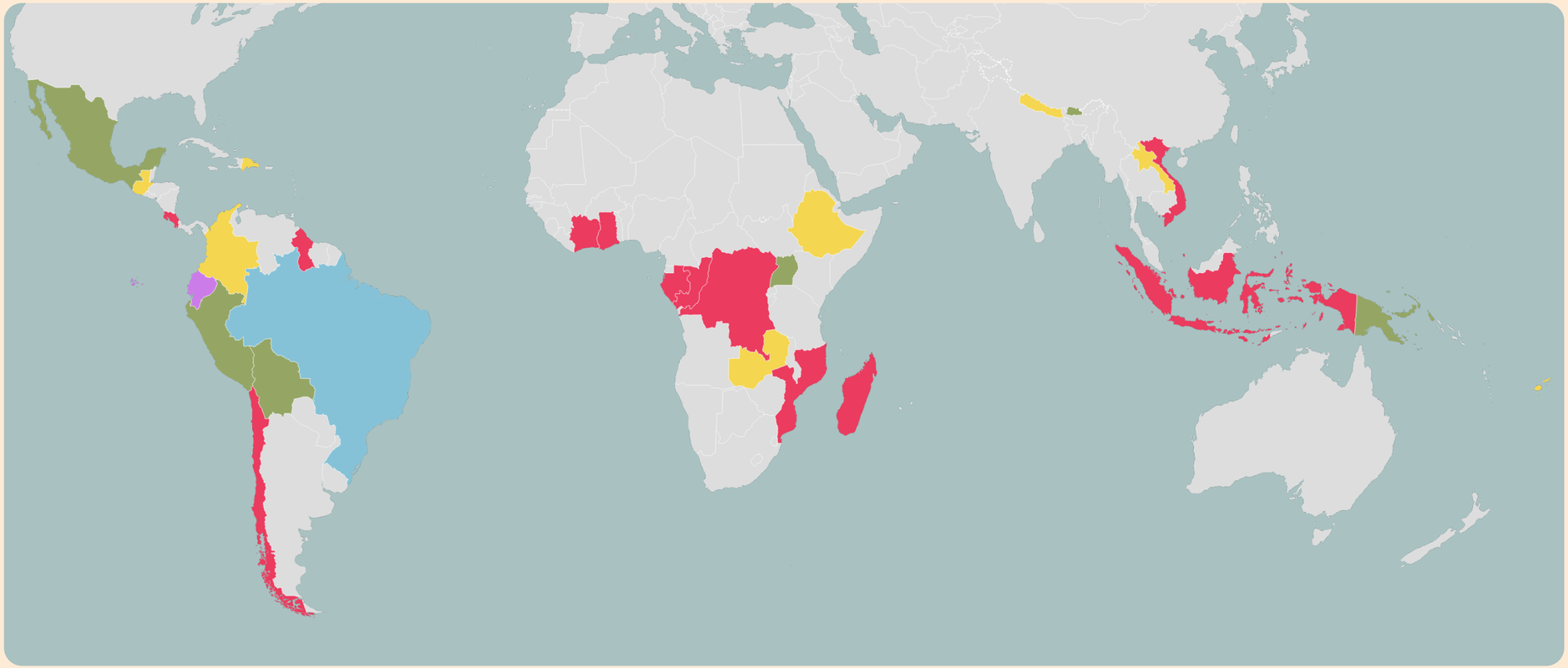
MAPA ILUSTRATIVO DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS JREDD+

Programas ATIVOS

CHILE
COSTA DO MARFIM
COSTA RICA
GABÃO
GANA
GUIANA
INDONÉSIA
MADAGASCAR
MOÇAMBIQUE
REP. DEMOCRÁTICA DO CONGO
REPÚBLICA DO CONGO
VIETNÃ

Programas em IMPLEMENTAÇÃO

COLÔMBIA
ETIÓPIA
FIJI
GUATEMALA
LAOS
NEPAL
REPÚBLICA DOMINICANA
ZÂMBIA



Essa ilustração considera os dados públicos disponíveis na data de sua edição e pode não refletir o atual estado de implementação dos programas.

Programas em PLANEJAMENTO

BOLÍVIA
BUTÃO
MÉXICO
PAPUA-NOVA GUINÉ
PERU
UGANDA

Programa ATIVO/ IMPLEMENTAÇÃO/ PLANEJAMENTO

BRASIL

Programa ATIVO/ IMPLEMENTAÇÃO

EQUADOR

2

Estrutura do JREDD+

A abordagem jurisdicional do REDD+ se diferencia dos projetos voluntários por atuar em uma escala maior, como estados, províncias ou países inteiros. Em vez de focar apenas em áreas pontuais, a nível de projetos individuais, o JREDD+ busca **coordenar políticas e ações em todo o território de uma jurisdição, fortalecendo o planejamento ambiental e climático.**

Isso significa que diferentes setores do governo e da sociedade trabalham juntos: órgãos estaduais e federais, organizações da sociedade civil, setor privado, Povos Indígenas e Populações e Comunidades Tradicionais. Todos colaboram para estabelecer **metas, regras de participação, formas de monitoramento e garantias de que os direitos sociais, ambientais e territoriais sejam respeitados.**

Um dos pilares do JREDD+ é o sistema de Mensuração/Monitoramento, Relato e Verificação (MRV), o qual vimos na cartilha 2 desta série. Ele serve para acompanhar se o desmatamento está diminuindo e se as metas de redução de emissões estão sendo cumpridas. No Brasil, o sistema do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) é um exemplo de ferramenta usada para isso. Esses dados ajudam a calcular quanto carbono deixou de ser emitido, gerando resultados que podem ser reconhecidos e até remunerados.

Cada território que adota o JREDD+, assim como em outras metodologias de créditos de carbono, é necessário definir uma **linha de base,** ou seja, uma

média de quanto se desmatava e o quanto se emitia carbono antes do início do programa. A partir daí, é possível medir quais foram as melhorias alcançadas com a implementação do projeto ou programa.

Além do monitoramento, o JREDD+ exige a aplicação de **salvaguardas: medidas para proteger os direitos dos Povos Indígenas e Populações e Comunidades Tradicionais, garantir a proteção da biodiversidade e assegurar a repartição justa dos benefícios gerados.** Essas salvaguardas estão definidas nas Salvaguardas de Cancún, da Convenção do Clima (UNFCCC), e devem ser cumpridas e acompanhadas com transparência, também detalhadas na cartilha anterior.

Outro aspecto importante é o chamado ***aninhamento,*** uma forma de integrar projetos locais de REDD+ dentro de programas maiores em nível de jurisdição. Isso evita que o mesmo crédito de carbono seja contado duas vezes e ajuda a organizar os esforços de forma coordenada, unindo o que já existe com novas iniciativas em escala maior. Este processo está detalhado na cartilha 5 sobre Aninhamento de Projetos.

Com tudo isso, o JREDD+ pode gerar créditos de carbono que são reconhecidos internacionalmente. Esses créditos podem ser negociados, trazendo recursos para as jurisdições e comunidades que estão protegendo suas florestas.

ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA JREDD+

PREPARAÇÃO -> planejamento

- CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS NACIONAIS/SUBNACIONAIS
- PREPARAÇÃO E INÍCIO DA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS PRÉVIAS/ CLPI E ESTRUTURAÇÃO DE SALVAGUARDAS
- ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA E PROCESSOS, INCLUINDO A DEFINIÇÃO DAS BASES PARA REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIO

Governos Nacionais e Locais

PIPCTs (Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais)

ONGs (Organizações Não-Governamentais)

→ **Conselhos e Fóruns Multiatores**

IMPLEMENTAÇÃO -> estruturação técnica

- DEFINIÇÃO DA LINHA DE BASE
- MRV E VVBS (ORGANISMOS DE VALIDAÇÃO E VERIFICAÇÃO) INDEPENDENTES
- DOCUMENTOS DE REGISTRO E CONTRATOS: ERPA (CONTRATO DE COMPRA DE REDUÇÕES DE EMISSÕES), LOI (CARTA DE INTENÇÃO) E OUTROS

→

Preparação de Plano de Repartição de Benefícios (PRB)

+

Criação do sistema de salvaguardas

+

Estruturação de protocolo ou plano de consulta

Governos, PIPCTs, ONGs, Setor Privado, VVBs e Consultores técnicos

ATIVO -> emissão / pagamento

- EMISSÃO DE CRÉDITOS
- PAGAMENTO POR RESULTADOS

→

- MRV E IMPLEMENTAÇÃO DE AJUSTES E MELHORIAS

Doadores e Compradores

Governos

PIPCTs

Consultores e Auditores

3

Mecanismos financeiros

O sucesso dos programas JREDD+ depende fortemente do **acesso a recursos financeiros estáveis e de longo prazo.** Esses recursos são necessários para implementar ações de conservação, monitoramento, fortalecimento da governança local e repartição de benefícios com as comunidades envolvidas.

As principais fontes de financiamento incluem:

- **Fundos multilaterais**, como o Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund – GCF, em sua sigla em inglês), que já destinou centenas de milhões de dólares para apoiar programas jurisdicionais em países tropicais.
- **Parcerias público-privadas** (PPP), como a Coalizão LEAF (Reduzindo as emissões através da aceleração do financiamento florestal, tradução de sua sigla em inglês), que reúne governos e empresas comprometidas em apoiar financeiramente programas de redução de emissões. Na próxima cartilha da série trazemos em mais detalhes as informações sobre essa coalizão e o padrão adotado para a certificação de seus projetos: o ART-TREES.
- **Pagamentos por resultados,** em que a jurisdição recebe recursos após demonstrar, por meio de sistemas de Mensuração/Monitoramento, Relato e Verificação (MRV), que conseguiu evitar emissões de gases de efeito estufa.

Um aspecto central do financiamento é a **repartição equitativa de benefícios**, que deve garantir que os Povos Indígenas e Populações e Comunidades Tradicionais sejam reconhecidos e compensados de forma justa. Para isso, é necessário construir mecanismos transparentes e participativos que definam como os recursos serão distribuídos. Falaremos mais sobre a repartição de benefícios na cartilha 7.

FLUXO FINANCEIRO EM PROGRAMAS JREDD+

FONTES DE FINANCIAMENTO

- Fundos multilaterais
- Iniciativas bilaterais
- Mecanismos de mercado

CRITÉRIOS DE PAGAMENTOS

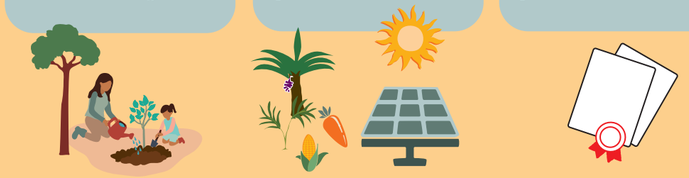
- MRV verificado
- Salvaguardas e Plano de Repartição de Benefícios (PRB) validados
- Assinatura de contratos

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS – *segundo PRB*

- Governo (programas públicos)
- PIPCTs
- ONGs/ Sociedade civil
- Reinvestimento em MRV/gestão

RESULTADOS EM CAMPO – *impactos duradouros*

- Conservação/ restauração
- Alternativas produtivas
- Fiscalização/ políticas



4

Implementação prática

Implementar um programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+) significa colocar em prática, na jurisdição escolhida, um conjunto articulado de **políticas ambientais, territoriais e sociais.** Esse processo exige uma governança sólida, participação ativa dos Povos Indígenas e Populações e Comunidades Tradicionais e ações coordenadas entre os diferentes setores e partes interessadas envolvidas no processo.

INTEGRAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS

Um exemplo concreto é o do estado do Acre, no Brasil, que recebeu recursos da Noruega, por meio do Fundo Amazônia, após comprovar reduções reais no desmatamento. Esse financiamento apoiou **políticas públicas e ações locais de conservação e geração de renda sustentável.** Com esse apoio o estado do Acre integrou o JREDD+ ao seu Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), e entre 2005 e 2015, conseguiu reduzir em cerca de 60% o desmatamento, ao mesmo tempo em que trouxe benefícios para as comunidades locais, como incentivos financeiros, apoio à produção sustentável e maior participação nas decisões.

O SISA combina:

- Regulamentações que limitam o desmatamento e promovem práticas sustentáveis;
- Incentivos financeiros para quem conserva a floresta;
- Participação social, com espaços de diálogo e decisão envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais.

CLPI

Outro ponto fundamental para que a implementação efetiva de um programa JREDD+ aconteça, além do financiamento e da articulação com políticas públicas, é o envolvimento direto e participação ativa dos Povos Indígenas e Populações e Comunidades Tradicionais, especialmente por meio da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), que garante **autonomia e respeito de todas as decisões que afetem seus territórios**. Na cartilha 6 desta série trazemos informações em mais detalhes sobre CLPI e a importância deste direito ser assegurado no desenvolvimento de projetos.

MONITORAMENTO

Com relação ao eixo do monitoramento, este é feito, na prática, com tecnologias como satélites, drones e até inteligência artificial. Mas só tecnologia não basta. É preciso **fortalecer capacidades locais, oferecendo formação técnica e garantindo infraestrutura adequada.**

A implementação também enfrenta desafios:

- Conflitos de interesse entre diferentes grupos, como agricultores, setor madeireiro e movimentos de conservação;
- Necessidade de financiamento contínuo para manter as atividades;
- Integração de políticas de diferentes secretarias e esferas de governo.

5

Desafios do JREDD+

Apesar de seu grande potencial, o JREDD+ enfrenta muitos desafios para sua implementação efetiva e justa. Um dos principais obstáculos é a **complexidade** de alinhar políticas públicas entre diferentes níveis de governo — federal, estadual e municipal — e entre setores como meio ambiente, agricultura, infraestrutura e economia. Outro obstáculo significativo tem sido observado na dificuldade do diálogo das jurisdições com os PIPCTs, de modo a efetivamente respeitar seus costumes, tempos e protocolos.

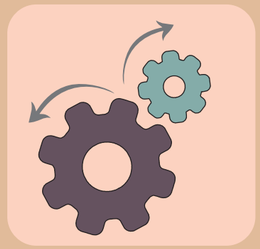
Também é necessário desenvolver sistemas robustos de MRV que sejam **confiáveis, transparentes e acessíveis.** Esses sistemas devem funcionar em larga escala e contar com dados consistentes ao longo do tempo.

Outro desafio é o financiamento de longo prazo. Os programas JREDD+ precisam de recursos constantes para manter suas ações, apoiar a participação das comunidades e garantir benefícios reais para quem vive e protege as florestas.

Além disso, há conflitos por terra e território, concentração de poder na tomada de decisões, corrupção, falta de reconhecimento legal de direitos territoriais, e desigualdades de gênero, geração e raça que dificultam a **repartição justa dos benefícios.**

Por fim, o JREDD+ precisa lidar com a pressão econômica que leva ao desmatamento, como o avanço da pecuária, da agricultura industrial e da mineração. Isso exige um esforço constante para promover **alternativas sustentáveis de uso da terra e gerar renda de forma justa** para Povos Indígenas e Populações e Comunidades Tradicionais.

ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS JURISDICIONAIS DE REDD+



FALTA DE INTEGRAÇÃO E COORDENAÇÃO ENTRE POLÍTICAS

DESIGUALDADE NA REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

LIMITAÇÃO DE FONTES DE FINANCIAMEN-TO

PRESSÕES ECONÔMICAS

CONFLITOS TERRITORIAIS E FALTA DE TITULAÇÃO DE TERRAS

ALGUMAS DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS

HARMONIZAÇÃO DE POLÍTICAS
integrar agendas de clima, uso da terra e desenvolvimento rural para reduzir conflitos.

REPARTIÇÃO JUSTA DE BENEFÍCIOS
adotar Planos de Repartição de Benefícios (PRB) transparentes e participativos.

AMPLIAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO FINANCIAMENTO
combinar fontes públicas, privadas e de mercado para dar escala aos programas.

ALTERNATIVAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS
incentivar cadeias produtivas de baixo carbono, da sociobiodiversidade e apoio a meios de vida ancestrais e tradicionais.

SEGURANÇA FUNDIÁRIA
avançar na regularização de territórios e mecanismos de mediação de conflitos.

FORTALECIMENTO LOCAL
treinar equipes e comunidades para governança e monitoramento participativo.

TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS
publicar dados de MRV, uso de recur-sos e resultados de forma acessível.

6

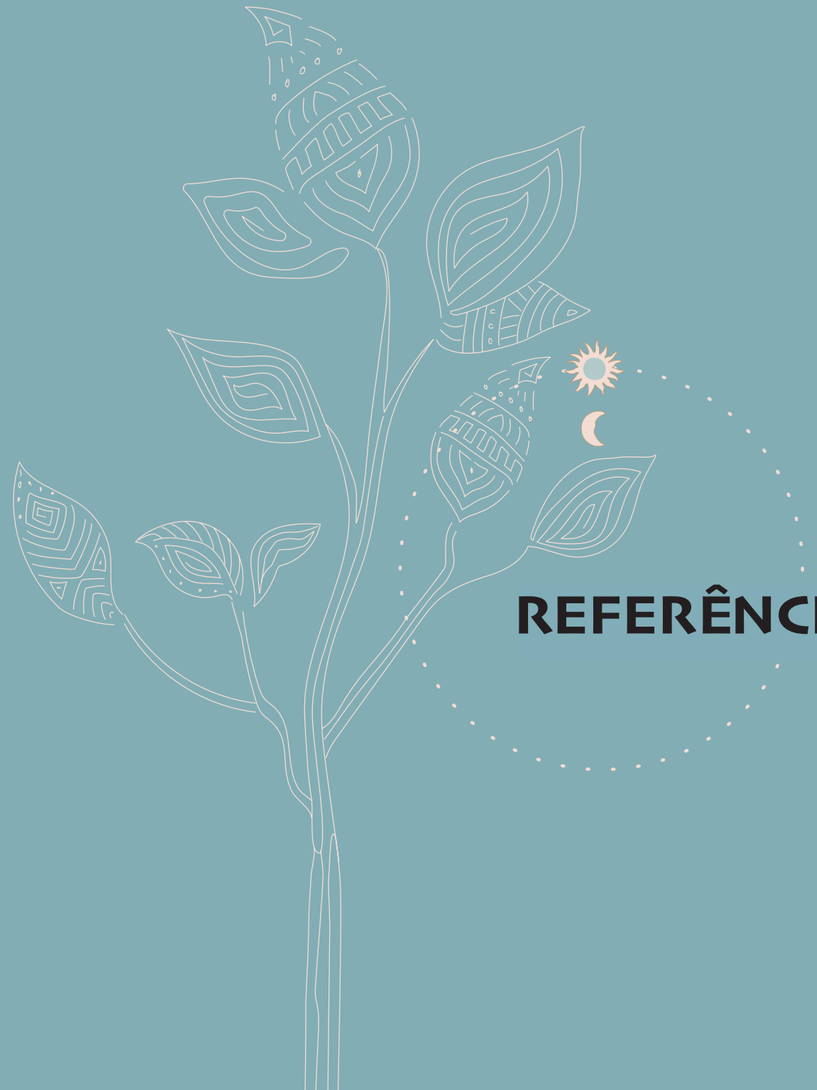
Perspectivas futuras

O JREDD+ está em constante evolução e tem potencial para se tornar uma das **ferramentas mais importantes no combate ao desmatamento e na proteção das florestas tropicais.** Para isso, será necessário:

- Investir em inovação tecnológica, como inteligência artificial e sensores remotos, para melhorar o monitoramento e a transparência;
- Ampliar a cooperação internacional, inclusive com financiamento climático justo para os países tropicais;
- Fortalecer os mercados de carbono, especialmente com a regulamentação do Artigo 6 do Acordo de Paris, que pode trazer novas oportunidades para programas jurisdicionais bem estruturados;

- Integrar o JREDD+ com agendas de bioeconomia, restauração ecológica e segurança alimentar, criando soluções que protejam a floresta e beneficiem as comunidades;
- Garantir a capacitação de Povos Indígenas e Populações e Comunidades Tradicionais, para que participem plenamente na governança e no uso dos recursos gerados.

Com apoio técnico, político e financeiro, o JREDD+ pode ser um **caminho real para proteger a floresta e valorizar quem cuida dela.**



REFERÊNCIAS

- Fishbein, G., & Lee, D. (2015). *Jurisdictional REDD+: A Primer.* The Nature Conservancy.
- Fundo Verde para o Clima (GCF). (2024). *Green Climate Fund Annual Report.*
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). (2023). *Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES).*
- Nature Conservancy. (2024). Tuning In: *Benefit Sharing Through Jurisdictional REDD+. Nature Conservancy.*
- Nepstad, D., Soares-Filho, B. S., & Merry, F. (2013). *The End of Deforestation in the Brazilian Amazon.* Science, 326(5956), 1350–1351.

- Soares-Filho, B. S., Nepstad, D. C., & Curran, L. M. (2010). *Modelling Conservation in the Amazon Basin.* Nature, 440(7083), 520–523.

- Sunderlin, W. D., Larson, A. M., & Duchelle, A. E. (2015). *Forest Tenure and REDD+*. CIFOR.

- United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). (2010). *Cancun Agreements.*

FOREST
TRENDS
greendata
Walmart org